

A DVA como Instrumento para Mensuração da Relação Custo-Benefício na Concessão de Incentivos Fiscais: Um Estudo de Casos

Autoria: Manuel Salgueiro Rodrigues Júnior

RESUMO

A concessão de incentivos fiscais é baseada na premissa que os benefícios trazidos com a presença de indústrias superam os custos decorrentes da renúncia fiscal. Entretanto, essa relação Custo-Benefício vem sendo questionada, argumentando-se que os custos superam os benefícios. Com o intuito de investigar essa situação, duas indústrias do ramo de fiação e tecelagem no Estado do Ceará foram pesquisadas. Ambas beneficiadas pelos incentivos fiscais. Foi calculado o Índice Custo-Benefício (ICB) de cada uma, considerando os montantes dos benefícios e custos passíveis de mensuração. Para o cálculo dos benefícios foi utilizada a Demonstração do Valor Adicionado – DVA. Para os custos, foi considerado o total de tributos dispensados de recolhimento. Os resultados apontaram que os benefícios foram superiores aos custos ($ICB > 1$) em ambas as empresas. Entretanto, a análise do índice indicou também uma dependência perigosa dos incentivos fiscais, a ponto de comprometer a continuidade das empresas na região. Pela análise da DVA das empresas pesquisadas, pode ser inferido que o modelo de concessão de incentivos fiscais favoreceu à má distribuição de renda no Estado do Ceará. Finalmente, destaca-se que o ICB é um indicador útil, devendo ser examinado juntamente com outros que contemplem os aspectos não mensuráveis.

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJETIVOS DO TRABALHO

Esse artigo visa identificar, mensurar e informar o comportamento da relação Custo-Benefício, apurada com o auxílio da DVA, na concessão de incentivos fiscais nos anos de 1998 a 2000, em indústrias de atividades têxteis, do ramo de fiação e tecelagem, localizadas no Estado do Ceará.

Para o processo de mensuração dos benefícios sócio-econômicos trazidos à região pela instalação da indústria, foi utilizada a Demonstração de Valor Adicionado (DVA). Já os custos, foram verificados pelo processo de renúncia fiscal dos impostos.

Como objetivos específicos, podem ser destacados os seguintes:

- Obter e analisar os dados referentes à Demonstração do Valor Adicionado das empresas selecionadas nas atividades de fiação e tecelagem do setor têxtil, buscando a mensuração dos benefícios dos incentivos fiscais;
- Obter e analisar os dados referentes à concessão dos incentivos pela renúncia fiscal da região em favor das empresas selecionadas na atividade de fiação e tecelagem do setor têxtil, buscando mensurar os custos, para a região.
- Comparar os benefícios e os custos da concessão dos incentivos, constatando como se comporta essa relação entre eles e acompanhando a sua evolução no período estudado.

1.2. JUSTIFICATIVA

Não é raro observarmos em diversas publicações, crescentes discussões sobre a guerra fiscal declarada entre as regiões do Brasil, decorrente dos incentivos fiscais concedidos. O assunto vem sendo alvo de muitos comentários, principalmente devido às políticas agressivas de alguns Estados na concessão desses benefícios.

Pode se destacar um dos casos mais polêmicos desse assunto, envolvendo a montadora Ford e o governo do Estado da Bahia. A concessão de incentivos fiscais federais e estaduais, além de financiamentos do BNDES, para a sua instalação provocou muitos questionamentos, principalmente por parte do governo do Estado de São Paulo, de onde a Ford se transferira.

Além da própria contestação das partes interessadas – os governos dos Estados de São Paulo e Bahia – verificaram-se várias discussões a respeito da concessão desses incentivos fiscais, questionando-se inclusive o seu fim principal, que seria a geração de desenvolvimento na região em que as indústrias se instalarem.

Com relação ao deslocamento dos pólos industriais para regiões menos desenvolvidas, Prado e Cavalcanti (2000: 31), ao citarem os fatores que influenciam o processo de descentralização, apresentam pesquisa realizada em 1997 pela CNI – Confederação Nacional das Indústrias, onde o fator “Incentivos Fiscais” apresentou importância igual à “Proximidade do Mercado”, com 57,3% das respostas relevantes. Outros fatores de destaque foram “Custo da Mão-de-Obra” (41,5%) e “Vantagens Locacionais Específicas Relativas à Infra-estrutura” (39,0%).

Esse fato demonstra que os incentivos fiscais cumprem seu papel de favorecer a descentralização dos pólos industriais. Porém, é importante destacar que outros fatores – infraestrutura e mão-de-obra barata – se mostraram influentes nessa decisão.

Com relação ao desenvolvimento das regiões incentivadas, Pereira *in* Pinho e Vasconcelos (1990: 367) ressalta:

“A industrialização cria ou desenvolve cidades, e estas se tornam grandes centros de concorrências, progresso e invenção [...] e cria novas possibilidades para o desenvolvimento e aprimoramento do bem-estar da população de modo geral.”

Pereira cita ainda cidades como São José dos Campos e Volta Redonda como exemplos desse fenômeno.

No Brasil, essa visão sobre desenvolvimento se apresenta com bastante destaque no próprio Estado de São Paulo, mais precisamente o ABC paulista e seu parque industrial, onde várias cidades se desenvolveram, tornando-o uma potência econômica no Brasil.

Os referidos autores evidenciaram em suas citações fatos relacionados com os benefícios, acreditando que os custos para a concessão dos incentivos fiscais, que se traduzem exatamente na ausência do recolhimento dos impostos, alvo dos incentivos, são menores do que os benefícios trazidos às regiões.

Entretanto, um aspecto relevante é a presença de críticas, no Relatório emitido pelo World Bank nº 19217-BR, “*Brazil: Poverty Reduction, Growth, and Fiscal Stability in the State of Ceará – A State Economic Memorandum*”, de agosto de 2000, quando retrata que os investimentos realizados em incentivos fiscais são eficientes para diminuir as disparidades

entre as regiões, produzindo riqueza, mas não melhoram a distribuição social da renda nas camadas sociais da população.

Ressalta ainda que o montante de recursos investidos em incentivos fiscais deveria ser aplicado em outras atividades que empreguem um maior número de mão-de-obra, citando como exemplo o turismo, melhoria na estrutura da escolaridade, recursos hídricos, entre outros. É o que se pode chamar de custo de oportunidade da concessão de incentivos fiscais, que trata da eficiência desses recursos em gerar o bem-estar da sociedade, os quais foram aplicados pelo setor privado e não pelo setor público.

Viol (1999: 5) destacando o desequilíbrio na Federação gerado pela competição tributária, alerta que:

“... na luta pela atração de novos investimentos, os estados renunciam o controle de seus próprios instrumentos de governabilidade, reduzindo salários, impostos, benefícios sociais e controles ambientais para tornarem-se mais competitivos. A menor arrecadação leva à sub-provisão de bens públicos e, assim, o equilíbrio é ineficiente. Além disso, há um impacto diferenciado entre os diversos grupos sociais, pois aqueles que passam a se beneficiar com o novo investimento não são os mesmos que se beneficiavam com os serviços públicos que deixaram de ser oferecidos.”

Viol apresentou afirmativa semelhante à destacada pelo Banco Mundial, corroborando com o pensamento que o crescimento econômico da unidade federativa através do incentivo fiscal, não gera necessariamente a melhoria nas condições de vida da população.

Desta forma, podem ser identificadas duas vertentes antagônicas. Sob uma determinada ótica, existem os benefícios trazidos à região, que se apresentam em um montante representativo. O outro aspecto diz respeito ao custo para sua concessão que, segundo uma outra vertente, seria necessária somente uma parte dos custos desses incentivos para a solução dos problemas sociais.

Para se elucidar essa questão é importante estabelecer uma comparação entre estes dois valores, analisando-os em um determinado período de tempo e estabelecendo como se comporta a relação Custo-Benefício, se positiva ou negativa.

Descortina-se então, a questão que justifica essa pesquisa. A relação Custo-Benefício dos setores que recebem esse tipo de benefício foi questionada por estudiosos da área, argumentando que a concessão de incentivos é desfavorável para a região.

A mensuração dessa relação será útil na análise do comportamento dos benefícios concedidos em relação aos custos provenientes da renúncia fiscal.

É importante destacar que a relação Custo-Benefício proposta trabalha somente com aspectos mensuráveis da concessão de incentivos. Tanto o custo de oportunidade da alocação dos recursos governamentais em áreas sociais, quanto a arrecadação indireta promovida pelo aumento do PIB, destacados anteriormente, são elementos de elevado nível de subjetividade que, se levados em consideração nesse estudo, poderiam torná-lo questionável.

O mérito de se estabelecer a relação com os aspectos considerados mensuráveis está em se identificar com objetividade um indicador do bom ou mau desempenho das empresas com relação aos incentivos. Vale ressaltar que esse indicador, como o próprio nome sugere, é

um norteador do andamento da questão em análise – relação Custo-Benefício – e não deve ser utilizado como o único veredicto para a concessão ou manutenção do incentivo.

A importância de evidenciar a relação é, primeiramente, para a sociedade que é influenciada pela concessão de benefícios fiscais, pois, mesmo em última instância, os recursos destinados aos incentivos seriam repassados à sociedade, para a promoção do seu bem-estar.

Também há um nível elevado de importância para o governo, visto que todos os recursos destinados às finanças, públicas ou não, devem ser controlados com o intuito de verificar se os objetivos traçados no início do projeto foram atingidos, ou seja, a política de concessão do benefício fiscal deve possuir uma meta a ser atingida – o desenvolvimento da região. A relação Custo-Benefício seria um dos indicadores utilizados no processo de verificar seu sucesso ou fracasso.

1.3. QUESTÃO DE PESQUISA E HIPÓTESES

A partir do entendimento que a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é capaz de evidenciar os benefícios sócio-econômicos que as empresas geram para a região onde estão instaladas, e considerando que os incentivos fiscais são concedidos às empresas com o objetivo de desenvolver a região onde se instalam, procura-se estabelecer neste trabalho a relação Custo-Benefício, analisando seu comportamento como um indicador da viabilidade ou não da concessão dos incentivos fiscais. Com isso, espera-se responder aos seguintes questionamentos:

Como se comportam os benefícios da renúncia fiscal da região em relação aos custos decorrentes da concessão?

Apesar de serem mais vantajosas em estudos experimentais, formulou-se as seguintes hipóteses para responder aos quesitos apresentados nos parágrafos anteriores, com o objetivo de orientar a condução dos trabalhos:

- Com base na premissa de que a DVA identifica o montante de benefícios gerados, é possível utilizá-la para estabelecer a relação Custo-Benefício, demonstrando que é favorável a prática de concessão de incentivos fiscais.
- Comparando os benefícios mensurados pela DVA, com os custos da concessão dos incentivos fiscais, constata-se que os custos da região são superiores, inviabilizando o processo de desenvolvimento por meio de incentivos fiscais.

1.4. METODOLOGIA

Para contemplar os aspectos de mensuração dos benefícios foi utilizada a DVA, cuja publicação ainda não é obrigatória, mas, de grande valia para identificar os benefícios que uma empresa traz ao ambiente em que está inserida.

A mensuração dos custos terá base na identificação da parcela do imposto, pertinente àquela região, que deixou de ser recolhido nas empresas estudadas devido à concessão do benefício fiscal.

Devido à abrangência do tema, é necessário estabelecer o contorno da pesquisa, explicitando as delimitações pertinentes. Sobre o aspecto de delimitação do estudo, Martins (2000: 37) ressalta:

“A importância de determinar o âmbito da pesquisa e estabelecer os contornos do estudo decorre do fato de que nunca será possível explorar todos os ângulos do fenômeno. A seleção dos aspectos mais relevantes e a determinação do ‘recorte’ é, pois, crucial para atingirmos os propósitos do estudo e chegarmos a uma compreensão mais completa sobre a situação estudada.”

Para o recorte do tema, se faz necessária a escolha de uma determinada região, onde se apresentem uma gama razoável de incentivos fiscais concedidos. O Estado do Ceará, região escolhida, é apontado em várias publicações como um dos precursores na concessão dos benefícios fiscais.

Secco (1999) aborda o assunto de incentivos fiscais, comentando o desempenho do Estado do Ceará. Cita que “na Bahia e no Ceará, programas para o setor calçadista atraíram indústrias gaúchas”. Comparando o desempenho do Ceará com Pernambuco, ressalta o seguinte:

“Os casos do Ceará e de Pernambuco são emblemáticos. Há dez anos, a economia cearense equivalia a um terço da economia pernambucana. Neste ano, o PIB do Ceará deve ultrapassar o PIB pernambucano. Desde 1987, [...], 200 novas empresas começaram a funcionar e 43.000 empregos foram gerados. Atualmente há 340 prédios residenciais em construção na capital e o Ceará ganhou um porto e um aeroporto novos em folha.”

Sobre o recorte do tema, é importante destacar qual atividade será alvo da pesquisa, visando evitar que o assunto se torne, como cita Martins (2000:20), genérico demais a ponto de se tornar superficial, ou muito específico, tornando-o óbvio.

Para esta pesquisa, a atividade selecionada foi a indústria de tecelagem e fiação do setor têxtil. A escolha se explica pela região do Ceará, tradicionalmente, apresentar como um dos principais pontos de destaque na economia a produção de algodão. Apesar desta cultura, atualmente, já não apresentar a mesma força, várias indústrias de beneficiamento do fio de algodão se implantaram na região, dentre elas, empresas que ocupam posição de destaque nacional.

Retratando esta afirmação, a publicação Balanço Anual (2001) da Gazeta Mercantil, ao apresentar as empresas de maior destaque do Brasil, no ano de 2000, no ramo de tecelagem e fiação, relaciona várias indústrias situadas na região do Ceará. Merece citação especial a empresa Vicunha Nordeste que ocupa a primeira posição no *ranking*.

O prêmio Delmiro Gouveia – ano 2001, promovido no Estado do Ceará pela Bolsa de Valores Regional (BVR), em conjunto com o jornal O Povo, apresenta as 100 maiores empresas do Estado do Ceará, em que a empresa Vicunha Nordeste S.A. – Indústria Têxtil se encontra na 2ª colocação, perdendo apenas para a Companhia Energética do Ceará, cujo faturamento ocorre pela utilização de um bem de consumo praticamente obrigatório no cotidiano.

Para a seleção das empresas foi realizada uma pesquisa junto à Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, para a identificação de cadastros das indústrias têxteis existentes no Estado. Entretanto, não há cadastro específico com a informação solicitada, tendo sido passada uma relação “não oficial” de 18 (dezoito) empresas.

De posse da relação, foi feito um levantamento do faturamento dessas empresas com base na Demonstração de Resultados publicadas dos anos de 1998 a 2000, onde se constatou que apenas cerca de 10 (dez) empresas atingiam ao perfil de 1% do faturamento da líder de mercado, número de empresas inicialmente escolhido para compor a amostra da pesquisa.

Foram encaminhados ofícios aos gerentes financeiros, ou a responsáveis na ausência desses, durante visitas realizadas a essas empresas, onde se esclarecia o objetivo da pesquisa e o caráter de sigilo do nome da empresa, caso necessário.

Em contato inicial não se obteve respostas. Porém, através de novos contatos, duas das empresas concordaram em ceder os dados solicitados, condicionando a sua não identificação. Desta forma, os dados foram levantados e serão apresentados em capítulo específico. Contudo, o trabalho se tornou mais restrito do que o inicialmente previsto.

Com base na análise dos dados obtidos junto a essas empresas, foram comparados os benefícios e os custos da concessão dos incentivos, estabelecendo uma relação entre eles e acompanhando a sua evolução durante o período estudado, o que deve retratar um indicador da viabilidade ou não da concessão dos incentivos fiscais no caso das empresas estudadas.

A pesquisa, pelas características que incorporou, assume a tipologia de *estudo de caso*, visto se tratar de uma pesquisa centrada em duas unidades sociais, no caso indústrias de tecelagem e fiação do Ceará, com a coleta e avaliação dos dados obtidos.

É importante destacar que as conclusões desse trabalho estão ensejadas na análise dos casos estudados, portanto, não refletem, necessariamente, a situação do universo pesquisado.

2. ANÁLISE DOS DADOS

Esse capítulo tem o objetivo de apresentar os dados provenientes da pesquisa de campo nas indústrias têxteis selecionadas. Devido à solicitação das empresas para não serem identificadas, a nomenclatura trabalhada será de empresa “A” e “B”.

Inicialmente, é apresentado um quadro com o resumo dos dados extraídos da publicação anual – Balanço Anual de 2000 – da Gazeta Mercantil, em que se caracteriza a empresa “A”, a empresa “B”, a líder do mercado estudado e o totalizador das maiores empresas do setor, com o intento de auxiliar a análise dos dados levantados.

Tabela 1 – Caracterização das Empresas Pesquisadas no Setor Têxtil

Dados (R\$ mil)	Empresa “A”	Empresa “B”	Líder do Mercado	Total das maiores empresas do setor
Receita Líquida	21.604	73.103	692.867	5.806.471
Rec. Líquida p/ funcionário	99,10	58,48	75,48	56,82
Lucro Bruto	2.608	13.629	188.410	1.351.284
Lucro Operacional	(8.499)	945	(17.672)	79.267
Lucro Líquido	(6.401)	(769)	(21.724)	30.551
Patrimônio Líquido	7.896	40.032	518.029	5.172.171
Ativo Total	62.190	140.168	1.359.938	10.700.515

Capital de Giro	1.000	25.598	(142.701)	729.834
Grau de Endividamento	87,3%	71,4%	61,9%	48,8%
Posição no mercado	58º	19º	1º	-

Fonte: Gazeta Mercantil – Balanço Anual 2000 (publicado em 06/01)

Com base nas informações relacionadas anteriormente na tabela, é preciso destacar que as empresas analisadas são de portes diferentes, o que precisa ser considerado quando se examinar os seus números.

Nos tópicos a seguir é feita a apresentação de cada uma das empresas pesquisadas e a análise do índice Custo-Benefício (ICB).

2.1. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA “A”

A empresa “A” é uma sociedade anônima de capital fechado. Tem por objetivo o beneficiamento de fibras têxteis naturais, artificiais e sintéticas em todas as modalidades e especificações, a fabricação e venda de fios de algodão e fios mistos, a produção de malhas em todas as modalidades e especificações e a sua comercialização e; a prestação de serviços tanto na área de fiação como na de malharia.

A empresa possui por volta de 400 funcionários, e está situada entre as 50 maiores empresas do Estado do Ceará, de acordo com publicação do Prêmio Delmiro Gouveia – Ano 2001 (similar regional de “1.000 Maiores” da Conjuntura Econômica; “500 Melhores e Maiores” da Revista Exame e; “Balanço Anual” da Gazeta Mercantil).

2.1.1. Benefícios Trazidos à Região pela Empresa “A”

Utilizando a ferramenta da ciência contábil, a Demonstração de Valor Adicionado (DVA), é possível identificar os benefícios que a empresa pesquisada traz à região. De acordo com a pesquisa realizada, a empresa forneceu a DVA dos anos de 1998 a 2000, elaborada com base no Modelo FIPECAFI e de acordo com suas respectivas instruções de preenchimento.

A tabela a seguir apresenta a distribuição do valor adicionado, identificada na DVA enviada pela empresa.

Tabela 2 – Demonstração do Valor Adicionado - Empresa “A” (R\$ Mil)

Anos	2000	%	1999	%	1998	%
8. Distribuição do Valor Adicionado	6.419	100%	6.878	100%	7.325	100%
8.1. Pessoal e encargos	3.421	53%	2.718	40%	2.859	39%
8.2. Impostos, taxas e contribuições	2.992	47%	3.300	48%	3.010	41%
8.3. Juros e aluguéis	8.030	125%	10.526	153%	8.426	115%
8.5. Lucros retidos/prejuízo do exercício	(8.024)	-125%	(9.667)	-141%	(6.969)	-95%

Como pode ser observado, apesar de um valor adicionado expressivo, a empresa possui um prejuízo acentuado, basicamente decorrente da distribuição elevada de seus recursos a título de “juros e aluguéis”, o que pode evidenciar um forte grau de endividamento na empresa, que é confirmado pela análise de seu Balanço Patrimonial, onde se destacam

altos valores de empréstimos e financiamentos em seu Passivo, apresentando um grau de endividamento de aproximadamente 80% durante os exercícios estudados.

Importante ressaltar a visão trazida pela DVA em termos de análise. Na DRE várias despesas influenciam para a constituição do prejuízo, podendo dificultar a análise de sua composição. Entretanto, na DVA, torna-se nítida a influência que os juros de empréstimos e as variações monetárias trazem à companhia.

2.1.2. Custos Trazidos à Região pela Empresa “A”

A empresa pesquisada informou que recebeu apenas o incentivo referente ao financiamento do ICMS, conhecido como “BEC-PROVIN”. Em 1999, ocorreram alterações nas condições do financiamento, renegociadas junto ao governo estadual. A tabela a seguir demonstra as características do incentivo fiscal ao longo dos três anos estudados.

Tabela 3 – Caracterização dos Incentivos da Empresa “A”

Características	2000 e 1999	1998
Percentual do financiamento	75%	60%
Prazo de carência	60 meses	36 meses
Valor do Reembolso	99%	50%
Atualização	TJLP	TJLP
Prazo de incentivo	2007	2007

De acordo com os dados informados pela empresa pesquisada, identificam-se os seguintes custos nos períodos estudados:

Tabela 4 – Montante dos Incentivos Fiscais na Empresa “A” por Ano

Dados (R\$ Mil)	2000	1999	1998
Valor do Incentivo Fiscal	1.655	1.550	575

Os dados foram obtidos considerando o Valor do reembolso que faz parte do valor financiado no período estudado, ou seja, do ICMS devido no período, foi identificada a parcela a ser financiada, e desta parcela, foi considerada renúncia fiscal apenas o percentual a ser dispensado após os três anos.

Exemplificando, para um melhor esclarecimento na metodologia de obtenção dos valores, e tomando como base o ano de 2000, o valor total do ICMS devido em 2000 era de R\$2.229 mil. O tributo pago no período foi de R\$557 mil. Portanto, o valor da parcela financiada reporta ao montante de R\$1.671 mil.

Após o período de financiamento, 1% desse valor – R\$17mil – é recolhido com atualização monetária pela TJLP, e o restante (99%) se refere ao valor do incentivo fiscal – **R\$1.655** mil (valor constante na tabela no ano 2000).

2.1.3. Índice Custo-Benefício da Empresa “A”

Em seguida são apresentados os índices obtidos confrontando os benefícios e os custos trazidos à região em que se encontra a empresa, no caso, o estado do Ceará, decorrentes da concessão dos incentivos fiscais. A tabela a seguir dispõe os dados coletados durante a pesquisa.

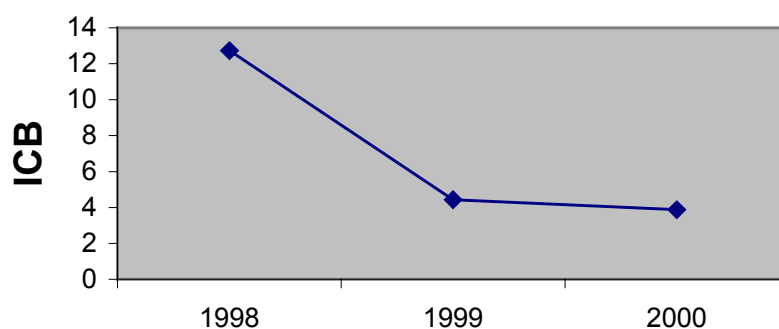
Tabela 5 – Demonstrativo do Índice Custo-Benefício dos Incentivos Fiscais – Empresa “A”

Ano	Valor Adicionado (VA) Líquido (R\$ Mil)	Incentivo Fiscal (R\$ Mil)	Índice Custo-Benefício (ICB) dos Incentivos
1998	7.325	575	12,7329
1999	6.878	1.550	4,4368
2000	6.419	1.655	3,8788

Pode-se observar que o Índice Custo-Benefício vem apresentando uma queda no período estudado. É importante lembrar que o decréscimo acentuado, no período compreendido entre 1998 e 1999, é decorrente da alteração na política de concessão de incentivos fiscais, obtendo, através de uma renegociação junto ao governo estadual, um aumento no percentual de ICMS dispensado.

O gráfico a seguir mostra a evolução do Índice Custo-Benefício dos Incentivos Fiscais no mesmo período.

Gráfico 1 – Evolução do Índice Custo-Benefício – Empresa “A”



A interpretação do índice Custo-Benefício, sempre maior do que 1, demonstra uma situação positiva. Em 1998, por exemplo, os custos da renúncia fiscal geravam doze vezes mais benefícios, atingindo seu ápice.

Todavia, como se observa pela análise do **gráfico 1**, a relação entre os custos e benefícios para a região vem decrescendo ao longo do período estudado. Esse fato é decorrente de, nos últimos três anos, os custos da política de incentivos fiscais crescerem, não sendo acompanhados na mesma proporção pelos benefícios, que apresentaram diminuição. A empresa demonstra uma variação negativa dos benefícios e custos trazidos à região. O fato pode ser melhor evidenciado na tabela a seguir.

Tabela 6 – Demonstrativo da Variação do Índice Custo-Benefício – Empresa “A”

Período	Variação do Valor Adicionado Líquido	Variação do Incentivo Fiscal (IF)
1998 – 1999	- 6,10%	169,57%
1999 – 2000	- 6,67%	6,77%

A constatação de uma variação negativa do Valor Adicionado, indicando a diminuição dos benefícios; e da variação positiva do Incentivo Fiscal, indicando um aumento dos custos, evidencia um quadro perigoso. Caso os índices evoluam assim ao longo dos próximos anos, a relação Custo-Benefício pode se tornar menor do que 1, indicando a inviabilidade da concessão de benefícios fiscais.

Além disso, apesar da relação dos benefícios e custos ainda se apresentar positiva, é importante ressaltar que ela está centrada nos aspectos mensuráveis dessa relação, sem considerar os aspectos intangíveis, como a utilização desses recursos pelo poder público no combate direto à desigualdade social, o que pode ser chamado de custo de oportunidade da concessão dos incentivos, tratando, como já ressaltado, da eficiência desses recursos em gerar o bem-estar da sociedade pelo setor privado e não pelo setor público.

O decréscimo do ICB calculado para a região e, especialmente, o quadro de variações apresentado, pode indicar que a companhia vem se tornando dependente da política de concessão dos benefícios fiscais. Caso isso não se reverta nos próximos exercícios, a tendência será a procura da renovação dos incentivos fiscais e, se não lograr êxito, a busca de outra região que conceda benefícios semelhantes poderá ser a alternativa.

Essa retirada da companhia causa malefícios para a região, pois os empregos produzidos, e todos os outros benefícios, cessam. O trauma gerado por essa perda pode ser mais negativo do que a não criação dos benefícios quando da instalação da empresa.

A situação pode até ser mais complexa, pois, a medida em que a empresa perceber que outros Estados estejam concedendo benefícios superiores, a tendência natural será a busca pelo melhor resultado possível. Esse é o grande risco da região que entra na guerra fiscal, pois, a indústria pode usufruir a renúncia fiscal, até o momento em que a sua permanência na região lhe traga os benefícios esperados, e a partir daí, ela buscará outro Estado para se instalar.

Uma conclusão importante diz respeito ao instrumento poderoso que a contabilidade possui para demonstrar a capacidade da empresa de gerar benefícios à sociedade, podendo ser utilizado para o estudo da concessão dos incentivos fiscais, assim como também para o monitoramento dessa renúncia.

Em uma segunda instância, mas não menos importante, a riqueza gerada pela indústria incentivada deve ser instrumento efetivo de melhoria na distribuição da renda da população da região onde se instalou a empresa, sendo repassada prioritariamente para promover o bem-estar dos funcionários – como já foi ressaltado no capítulo acerca de incentivos fiscais – que são moradores da região, e devem ser os grandes beneficiados pela renúncia fiscal.

Desta forma fica constatada que a afirmação do banco mundial sobre a má distribuição de renda promovida pelos incentivos fiscais tem fundamento. Sobre o custo de oportunidade

na concessão de benefícios aos investimentos privados, vale destacar que a atuação da empresa “A”, favorecendo à má distribuição da renda, é oposta à devida atuação do governo.

2.2. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA “B”

A empresa “B” é uma sociedade anônima de capital fechado. Tem por objetivo o beneficiamento de fibras têxteis naturais, artificiais e/ou sintéticas, a fabricação de fios de algodão e fios mistos de algodão e *poliester*, a industrialização e beneficiamento de artigos de malha, complementos de vestuários de qualquer tipo e finalidade.

A empresa participa do Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas – PROVIN, usufruindo os benefícios fiscais na área do ICMS. Vale ressaltar que a empresa considera como receita a parcela do tributo que deixa de ser recolhido no mês por conta do incentivo, independentemente do cumprimento das obrigações acessórias.

Esse procedimento é questionável, pois, como já foi observado, a obrigação do recolhimento integral do imposto só cessa quando, após o prazo de carência e consequente atualização pela TJLP, um percentual do tributo é recolhido. O imposto restante, que representa o incentivo propriamente dito, deve ser levado para rubrica de Reservas de Capital e não compor o Resultado do Exercício.

A empresa possui por volta de 1.200 funcionários, e não está apresentada entre as empresas da publicação do Prêmio Delmiro Gouveia – Ano 2001. Porém, considerando o faturamento apresentado em suas Demonstrações Contábeis, ela figuraria entre as 15 maiores empresas do Estado do Ceará.

2.2.1. Benefícios Trazidos à Região pela Empresa “B”

A tabela a seguir apresenta a distribuição do valor adicionado no período estudado e sua composição percentual.

Tabela 7 – Demonstração do Valor Adicionado - Empresa “B”

Anos	2000	%	1999	%	1998	%
8. Distribuição do Valor Adicionado	28.662	100%	22.225	100%	21.290	100%
8.1. Pessoal e encargos	9.158	32%	8.326	37.5%	8.505	40%
8.2. Impostos, taxas e contribuições	7.628	27%	6.201	28%	6.148	29%
8.3. Juros e aluguéis	12.374	43%	8.544	38.5%	8.179	38%
8.5. Lucros retidos/prejuízo do exercício	(498)	-2%	(846)	-4%	(1.542)	-7%

O principal destaque é a distribuição de recursos a título de “Juros e aluguéis”, que se apresentou equilibrada com a distribuição para “Pessoal e encargos” em 1998 e 1999. Porém, em 2000, teve um incremento substancial, sendo o valor de destaque, assemelhando-se à análise da empresa “A”.

O fator que explica essa distribuição é o alto grau de endividamento, característico do setor. A empresa “B” apresentou no período analisado, um índice em torno 80%.

2.2.2. Custos Trazidos à Região pela Empresa “B”

Inicialmente será apresentada a tabela a seguir, onde se identifica a caracterização do incentivos fiscal concedido à empresa “B”. Como já destacado, o benefício é conhecido como “BEC-PROVIN” e se refere ao financiamento de parte do ICMS a recolher.

Tabela 8 – Caracterização dos Incentivos da Empresa “B”

Características	1998 a 2000
Percentual do financiamento	75%
Prazo de carência	36 meses
Valor do Reembolso	75%
Atualização	TJLP
Prazo de incentivo	2005

De acordo com os dados informados pela empresa, identificou-se os seguintes custos nos períodos estudados:

Tabela 9 – Montante dos Incentivos Fiscais na Empresa “B” por Ano

Dados (R\$ Mil)	2000	1999	1998
Valor do Incentivo Fiscal	4.815	3.381	2.957

A sistemática para a identificação dos valores já foi explicitada, quando foi apresentado o exemplo do Valor do Incentivo Fiscal de 2000 da empresa “A”. Enquadram-se na renúncia, os valores referentes ao percentual do ICMS devido no período, que será dispensado após o prazo de carência de três anos, ou seja, o chamado Valor do Reembolso.

2.2.3. Índice Custo-Benefício da Empresa “B”

O ICB é obtido com a confrontação dos benefícios e dos custos trazidos à região onde se encontra a empresa. A tabela a seguir dispõe os dados coletados durante a pesquisa na empresa “B”.

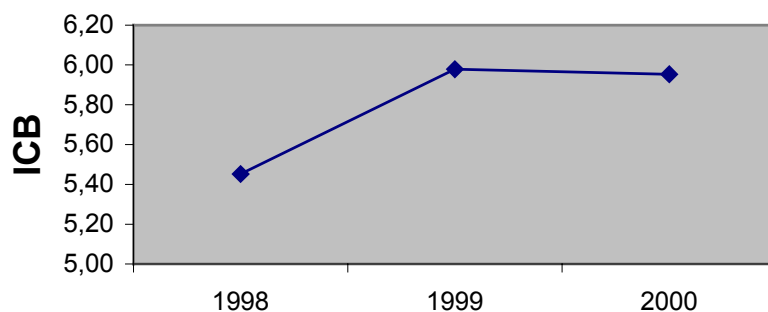
Tabela 10 – Demonstrativo do Índice Custo-Benefício dos Incentivos Fiscais – Empresa “B”

Ano	Valor Adicionado Líquido (R\$ Mil)	Incentivo Fiscal (R\$ Mil)	Índice Custo-Benefício (ICB) dos Incentivos
1998	21.290	3.905	5,4525
1999	22.225	3.717	5,9786
2000	28.662	4.815	5,9526

Pode-se observar que o ICB vem apresentando uma constância no período estudado. O fato pode ser explicado por não ter ocorrido variações nas políticas de concessão de incentivos fiscais e também devido ao crescimento dos benefícios ter sido proporcional ao dos custos, especialmente no ano de 2000.

A seguir, está demonstrado o gráfico com a evolução do Índice Custo-Benefício dos Incentivos Fiscais no mesmo período.

Gráfico 2 – Evolução do Índice Custo-Benefício – Empresa “B”



O ICB apresentado, sempre superior a “1”, indica uma situação positiva para a região. O índice apresenta um aumento em 1999, e um pequeno decréscimo em 2000, mas se manteve próximo do resultado “6”, significando que os custos da renúncia fiscal, geraram seis vezes mais benefícios.

Com base nas inferências feitas para a empresa “A”, é apresentada a tabela a seguir, contemplando a variação dos benefícios e custos no período estudado.

Tabela 11 – Demonstrativo da Variação do Índice Custo-Benefício – Empresa “B”

Período	Variação do Valor Adicionado Líquido	Variação do Incentivo Fiscal (IF)
1998 – 1999	4,39%	- 4,81%
1999 – 2000	28,96%	29,54%

A análise da tabela não evidencia o mesmo risco destacado para a empresa “A”, pois os benefícios e os custos, especialmente de 1999 a 2000, tiveram acréscimos na mesma proporção.

Contudo, em 2000, a análise da variação indica que houve acréscimo dos custos da região para manter a empresa “B”, podendo evidenciar a mesma dependência destacada na análise da empresa “A”.

Da mesma forma, as observações relacionadas com a possibilidade da transferência da empresa para outro Estado devido à outra região apresentar maiores incentivos, ou até mesmo pela perda do atual benefício, são válidas gerando os mesmos danos já destacados anteriormente para a região.

Os aspectos destacados na empresa “A” quanto à má distribuição de renda e o custo de oportunidade da concessão dos benefícios, também são válidos e podem ser constatados pela verificação dos percentuais na distribuição do valor adicionado na empresa “B”.

Vale ressaltar a contabilidade como um instrumento importante, através da DVA, para evidenciar a capacidade da empresa de gerar benefícios à sociedade.

3. CONCLUSÕES

A principal meta da conclusão de um trabalho científico é expor os resultados da pesquisa realizada, identificando o atendimento aos objetivos expostos na introdução, a aceitação ou rejeição das hipóteses que nortearam o desenvolvimento do artigo, assim como também, expressar as suas principais contribuições para a sociedade.

Através dessa análise, pode-se concluir que, nas empresas estudadas, a relação Custo-Benefício passível de mensuração foi favorável para a região concessora dos incentivos fiscais. O montante de benefícios gerados pelas empresas em favor da região, mensurados por meio da DVA, é superior aos custos decorrentes dos incentivos fiscais concedidos, comprovando a hipótese destacada na introdução do trabalho, em que a renúncia de impostos é benéfica para a região.

Entretanto apesar da unidade federativa apresentar um indicativo de ganho, a guerra fiscal causa prejuízos à Federação como um todo, que arrecadará menos tributos, devido ao benefício fiscal.

Outro aspecto é o contínuo aumento dos custos para manter a indústria na região, que pode caracterizar uma dependência da empresa com relação aos incentivos fiscais, gerando o seu deslocamento para outra unidade federativa a partir do momento em que os benefícios cessem, representando um prejuízo social para a região.

O valor adicionado da empresa é distribuído para diversas categorias da sociedade, sendo canalizados para a geração de mais riquezas nos diversos segmentos atingidos, sendo as Instituições Financeiras as que mais absorveram, devido ao grau de endividamento apresentado.

Nesse sentido, o que se observou na DVA das indústrias pesquisadas foi a distribuição da renda para as Instituições Financeiras muito superior aos demais segmentos, principalmente o de funcionários, onde se esperava uma maior concentração, com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais.

É válido ressaltar ainda que a DVA, juntamente com o ICB e outros indicadores sociais e laborais, é capaz de oferecer uma espécie de controle do incentivo fiscal, atuando de forma punitiva, com a perda, ou redução, do incentivo fiscal, caso a empresa não apresente condições mínimas de favorecimento à sociedade.

Portanto, de acordo com o tema central do trabalho, de identificar e informar os aspectos mensuráveis da relação Custo-Benefício dos incentivos fiscais, o objetivo geral foi alcançado, envolvendo a comprovação de que a concessão dos incentivos fiscais trouxe benefícios superiores aos custos na região estudada, não esquecendo as questões, já mencionadas, de prejuízo para a Federação como um todo e da dependência dos incentivos fiscais.

É válido destacar a contabilidade, através da DVA, como o meio de mensuração dos efeitos sociais e econômicos decorrentes dos incentivos fiscais, ressaltando a necessidade de divulgação desses efeitos à sociedade, com a obrigatoriedade da sua inclusão nas Demonstrações Contábeis.

Outro aspecto a ser abordado na conclusão, diz respeito à aceitação ou rejeição das hipóteses elaboradas na introdução da dissertação. É importante deixar claro, ao final da pesquisa, até que ponto essas considerações iniciais permanecem válidas, fazendo com que as questões de pesquisa formuladas sejam respondidas.

A primeira hipótese trata da relação Custo-Benefício, estabelecendo-a como favorável para a região que pratica a concessão dos incentivos fiscais. Essa hipótese mostrou-se válida, apesar de restrita aos aspectos mensuráveis, considerando os resultados da pesquisa realizada junto às empresas estudadas, pelos quais se comprovou que os benefícios apurados pela DVA são superiores aos custos da renúncia fiscal da região.

Porém, as questões relativas ao prejuízo da Federação e à dependência da empresa com os Incentivos Fiscais, tornam esse instrumento de desenvolvimento de alto risco, devido à volatilidade do Capital investido na região.

A segunda hipótese se contrapõe à primeira, destacando a inviabilidade do desenvolvimento da região por meio da concessão de incentivos fiscais, não podendo ser aceita, visto que os custos mensuráveis da renúncia são inferiores aos benefícios.

Por fim, é oportuno que na conclusão, se identifique as potenciais contribuições da dissertação para a melhoria da sociedade, assim como também sugestões para novas pesquisas a serem encaminhadas por outros trabalhos.

Nesse sentido, destaca-se a utilização da DVA como um dos possíveis instrumentos a serem utilizados pelo governo para análise do mérito do projeto de empresas que desejem se instalar em regiões menos favorecidas. A legislação não estabelece quais os parâmetros a serem utilizados para essa análise, ficando a avaliação muito subjetiva e sujeita a influências políticas.

A utilização da DVA projetada da empresa que deseje se instalar seria um parâmetro adequado, tornando a avaliação mais objetiva e com recursos para ser revisada no decorrer dos anos.

Ainda no contexto da concessão dos incentivos fiscais, porém tratando do acompanhamento desse incentivo, o governo tem a possibilidade de estabelecer, fundamentado na DVA, critérios para a manutenção dos incentivos fiscais. O primeiro deles seria justamente um monitoramento da relação Custo-Benefício, como foi realizado nesse trabalho, identificando se os benefícios gerados pela empresa incentivada, apurados através da sua DVA, são superiores aos custos da região. Para manter o incentivo a empresa teria que apresentar um índice sempre superior a um, podendo até incrementá-lo, caso o índice seja representativo.

O aspecto final a ser abordado nesta conclusão se reporta às sugestões para novas pesquisas, que podem ser realizadas com o objetivo de demonstrar a relação do Custo-Benefício em outros setores, diferentes do Têxtil, ou em outros Estados. As demais pesquisas,

unidas a esta, formariam um embasamento mais amplo, modelando de uma forma mais sólida as conclusões relatadas nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Célia M.B. **O Balanço Social de Empresas Incentivadas sob o Enfoque da Redução de Desigualdade Social**: uma investigação no Estado do Ceará. Dissertação (Mestre em Contabilidade) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo : FEA/USP, 2002.

CEARÁ. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará – 1999-2002**. Fortaleza: SEPLAN, 2000.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do Valor Adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo : Atlas, 1998.

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 5ª ed., São Paulo: Atlas, 2000.

GAZETA MERCANTIL. **Balanço Anual de 2000**: Publicação Anual. ano XXV, São Paulo: 2001.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Guia para a Elaboração de Monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: Atlas, 2000.

MATTAR, F.N. **Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Atlas, 1993

MOST, Kenneth S. **Accounting Theory**. 2th Edition. Grid Publishing, Inc., Columbus, Ohio. EUA, 1982.

O POVO e BOLSA DE VALORES REGIONAL. **Prêmio Delmiro Gouveia – Ano 2001**: Maiores e Melhores Empresas do Ceará. Ceará: 2002.

PEREIRA, Wladimir. **Manual de Economia** - PINHO, Diva B., VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de (Organizadores), São Paulo : Saraiva, 1990.

PRADO, S., e Cavalcanti, Carlos E. G. **A Guerra Fiscal no Brasil**. São Paulo: Fundap; Fapesp; Brasília: IPEA, 2000.

RODRIGUES Jr, Manuel S. **A DVA como Instrumento de Mensuração da Relação Custo-Benefício na Concessão de Incentivos Fiscais**: um estudo de casos. Dissertação (Mestre em Contabilidade) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo : FEA/USP, 2003.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração Contábil do Valor Adicionado – DVA**: Um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza das empresas. Tese (Livre Docência em Contabilidade) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo : FEA/USP, 1999.

SCHERER, Frederic M. **The Weapons Acquisition Process: Economic Incentives**. Boston: Harvard university, 1964.

SECCO, Alexandre. **Todos Contra Todos**. Revista Veja: 1999. Disponível em <http://www2.uol.com.br/veja/110899/p_036.html>. Acesso em 29.jul.2001.

VIOL, Andréa L. **O Fenômeno da Competição Tributária**: Aspectos Teóricos e uma Análise do Caso Brasileiro. Monografia vencedora do IV Prêmio de Monografia do Tesouro Nacional. Brasília: 1999. Disponível em <www.receita.fazenda.gov.br>. Acesso em 27.set.2002.

WORLD BANK. **Brazil - Poverty Reduction, Growth, and Fiscal Stability in the State of Ceará: A State Economic Memorandum (In Two Volumes) Volume I: Policy Report.** Ceará: 1998 (publicação em 2000).